

Reis, Silvia

Sh#gor# Tsuboi e o início da antropologia japonesa

Horizontes Antropológicos, vol. 28, núm. 62, 2022, Janeiro-Abril, pp. 293-315

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - IFCH-UFRGS

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000100009>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401971256009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Shōgorō Tsuboi e o início da antropologia japonesa

Shōgorō Tsuboi and the beginning of Japanese anthropology

Silvia Reis¹

<https://orcid.org/0000-0003-2965-7834>

sreis@mn.ufrj.br

¹ Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Shōgorō Tsuboi é considerado o principal fundador da antropologia japonesa, desenhando seu escopo inicial, promovendo e norteando a criação de uma comunidade científica antropológica. Assim, neste artigo, a trajetória de Tsuboi é analisada, buscando compreender o início da antropologia no Japão. A atuação de Tsuboi também reflete o contexto social e político da época, construindo uma carreira em meio ao tão buscado diálogo com a academia ocidental e o recrudescimento da agenda nacionalista do Estado japonês.

Palavras-chave: antropologia japonesa; estudos japoneses; história da antropologia; antropologia da ciência.

Abstract

Shōgorō Tsuboi is considered the main founder of Japanese anthropology, designing its initial scope, promoting and guiding the creation of an anthropological scientific community. Thus, in this article, Tsuboi's trajectory is analyzed, seeking to understand the beginning of anthropology in Japan. Tsuboi's work also reflects the social and political context of the time, building a career in the midst of the much sought after dialogue with the Western academy and the resurgence of the nationalist agenda of the Japanese state.

Keywords: Japanese anthropology; Japanese studies; history of anthropology; anthropology of science.

A antropologia como ciência foi construída inicialmente de forma eurocêntrica, em uma relação dicotômica entre uma identidade entendida como ocidental versus o Outro não ocidental. Apesar do reconhecimento das diversas antropologias no cenário atual, ainda encontramos algumas consideradas como periféricas. Barreiras linguísticas, diferentes perspectivas de divulgação e interação podem ser consideradas para entender a persistência dessa prática. Todavia, é necessário considerar em que medida há um certo conforto acadêmico em persistir enclausurado nos considerados centros intelectuais, seja como partícipe, ou tendo-os como norte, ambos em uma relação assimétrica.

A antropologia brasileira, em certa medida considerada periférica, não pode reproduzir essa relação dicotômica se objetiva se realizar de forma descolonizada. Assim, entre os diversos caminhos necessários, faz-se premente dialogar com as diversas antropologias. Nesse viés, este artigo é uma pequena contribuição, buscando analisar o início da antropologia no Japão a partir de seu principal fundador, Shōgorō Tsuboi (1863-1913). Segundo Yamashita (2006), a antropologia japonesa pode ser dividida em cinco períodos: 1884-1913, 1913-1934, 1934-1945, 1945-1964, 1964-presente. O primeiro é exatamente o período de atuação de Tsuboi, sendo finalizado com seu falecimento precoce por uma doença aguda durante o 5º Congresso da União Acadêmica Internacional, em São Petersburgo, Rússia.

Reunindo os “Amigos da Antropologia”

A abertura proporcionada pela Restauração Meiji¹ (1868), com o fim do xogunato, levou o Japão a entrar no cenário acadêmico internacional, estabelecendo diversos contatos com diferentes universidades e museus pelo mundo, recebendo pesquisadores em suas recém-criadas universidades e enviando pesquisadores japoneses para estudo e treinamento no exterior. Foi no bojo desse

1 A Restauração Meiji foi uma reforma política que devolveu a centralização do poder para a figura do imperador, o qual, durante o xogunato, se encontrava de fato nas mãos do xogum (generalíssimo da classe guerreira). A Restauração deu início à abertura e, em certa medida, ocidentalização e modernização da sociedade japonesa, tendo como uma das diversas consequências, a reestruturação das classes sociais.

intenso contato, dessa busca em se colocar como uma potência internacional, em todos os sentidos, que a antropologia japonesa teve início.

Shōgorō Tsuboi é considerado o fundador da antropologia japonesa, tendo iniciado seus estudos em biologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Tóquio em 1881, na qual foi apontado como assistente de pesquisa em 1888. Ainda pela universidade, foi enviado em 1889 para Londres para estudar antropologia, passando os primeiros três meses em Paris. Durante os anos que esteve em Londres, sabe-se que entrou em contato com Edward B. Tylor (1832-1917) e Alfred C. Haddon (1855-1940). Em 1892, retornando ao Japão, foi apontado como o primeiro professor de antropologia da Universidade de Tóquio (Kang, 2016; Okamura, 2020; Omoto, 2018).

O interesse de Tsuboi pelos estudos antropológicos começou ainda como aluno na universidade. Em 12 de outubro de 1884, Tsuboi fundou a Jinruigaku no Tomo (じんるいがくのとも, Amigos da Antropologia), um grupo de pesquisa composto por colegas com o mesmo interesse em estudar antropologia. Em pouco tempo, foi renomeado como Jinruigaku Kuwai (じんるいがくくわい, Sociedade de Antropologia). Durante a atuação do grupo, foi publicada de forma breve a revista *Yori Ai no Kakitome*, よりあひのかきとめ (Hasebe, 1939). Se o grupo inicial no momento de fundação contava com poucas pessoas, em apenas dois anos atingiram a marca de mais de 200 associados (Low, 2012). Em 1886, foi criada a primeira Sociedade de Antropologia, Jinrui Gakkai (人類學會), renomeada ainda no mesmo ano como Tōkyō Jinrui Gakkai (東京人類學會), e finalmente como Nippon Jinrui Gakkai (日本人類學會, Sociedade Japonesa de Antropologia) em 1941. Doravante, a antropologia no Japão teve seu início de forma auspíciosa, com a formação rápida de uma comunidade científica, com veículo de publicação específico, alimentando tanto o crescimento e desenvolvimento das pesquisas antropológicas, formando novos profissionais, quanto construindo uma identidade de campo.

Com a criação da associação propriamente dita, transbordando o espaço inicial de um grupo ou clube, foi iniciada em 1886 a publicação da chamada *Jinrui Gakkai Hōkoku* (人類學會報告, *Bulletin of the Anthropological Society*), contando já com um índice em língua estrangeira (geralmente em inglês) e a respectiva tradução oficial do nome da revista. Nesse sentido, nota-se a clara preocupação em dialogar com o cenário internacional acadêmico, mesmo que nas primeiras décadas os artigos fossem em sua esmagadora maioria

em japonês, sem tradução. Ainda foi renomeada algumas vezes, seguindo as mudanças do nome da associação e atualização da identidade da revista, a saber, em 1886 para *Tōkyō Jinrui Gakkai Hōkoku* (東京人類學會報告, *The Bulletin of the Tokyo Anthropological Society*), em 1887 para *Tōkyō Jinrui Gakkai Zasshi* (東京人類學會雜誌, *The Journal of the Anthropological Society of Tokyo*), em 1911 para *Jinruigaku Zasshi* (人類學雜誌, *The Journal of the Anthropological Society of Tōkyō/Nippon*), e finalmente em 1993 para *Anthropological Science*.

Em 1887, Takahira Kanda (1830-1898) foi apontado como primeiro presidente da Jinrui Gakkai (Nakano, 1994). Com notória carreira como político (de governador da prefeitura de Hyogo a senador) e como professor de estudos ocidentais, é compreensível que Kanda tenha sido colocado em uma posição de proeminência, respeitando a hierarquia de senioridade, cara à cultura japonesa, e, ao mesmo tempo, refletindo a seriedade e ambição da nova associação. No entanto, o motor conceitual do campo permaneceria, até seu falecimento, com Tsuboi.

Definindo o campo antropológico em revista

A publicação da Jinrui Gakkai reflete um intenso debate e esforço para definição do campo antropológico e promover a atuação de seus partícipes. Chegando a até 12 números publicados em apenas um ano, os textos se mostram diversos, com transcrições de alguns discursos das reuniões da associação, artigos e notícias de pesquisas realizadas. Todavia, um elemento importante em prol da organização da identidade do campo antropológico é a apresentação de uma lista de itens de pesquisa ao final de cada número. Dessa forma, é possível acompanhar o desenho do que era entendido como antropologia, as áreas e temas nos quais os membros da Jinrui Gakkai atuavam ou eram incentivados a atuar. No primeiro número da revista, 39 itens de pesquisa (研究項目) são apresentados (Figura 1), abordando temas (Quadro 1) que podem ser agrupados em quatro grandes áreas.

○研究項目

本會ニテ研究スル所ハ人類學一般ニシテ區域甚^タ廣ク一々項目ヲ載スルヲ能ハザレド通信寄書ヲ爲ス人ノ爲其大零ヲ左ニ記ス

- 人類ノ解剖○人類ノ生理○人類ノ發育○人類ノ遺傳○人類ノ變遷○人類ト近似動物トノ比較○人類ト絶種動物ノ關係○人類ト稱ス可キモノ、顯レシ時○人類ト稱ス可キモノ、顯レシ地○人類住居ノ變遷○貝塚○土器塚○土器石器青銅器○穴居○横穴○塚穴○原始墳墓○文字ノ歴史○言語ノ血統○國語ノ性質○方言○俚歌童謡○家族組織○部落組織○原始學術○原始宗教○原始工藝○原始運輸法舟車ノ類○原始漁獵○原始商業○原始農業○衣食住沿革○裝飾○風俗習慣○器具沿革○人類ノ區別○人類ノ移住○人類ノ頌仰○其他是等ニ類スル事件

Figura 1. Lista de itens de pesquisa publicados na *Jinrui Gakkai Hōkoku* (1886, p. 37).

Item	Tradução livre
人類ノ解剖	anatomia humana
人類ノ生理	fisiologia humana
人類ノ發育	desenvolvimento humano
人類ノ遺傳	hereditariedade humana
人類ノ變遷	mudanças da humanidade
人類ト近似動物トノ比較	comparação entre humanos e animais próximos
人類ト絶種動物ノ關係	relação com animais extintos
人類ト稱す可キモノ、顯レシ時	o que chamamos de humano, o tempo inicial
人類ト稱す可キモノ、顯レシ地	o que chamamos de humano, o local inicial
人類住居ノ變遷	mudanças da habitação humana
貝塚	kaizuka, montes de conchas (sítio arqueológico de matriz de conchas)
土器塚	montes cerâmicos (tipo de sítio arqueológico)
土器石器青銅器	cerâmica, líticos e artefatos de bronze
穴居	moradia em caverna
横穴	túneis
塚穴	sepultamentos
原始墳墓	tumbas primevas
文字ノ歴史	história da escrita
言語ノ血統	famílias de línguas
國語ノ性質	natureza da língua nacional
方言	dialetos
俚歌童謡	cantigas de ninar
家族組織	estrutura familiar
部落組織	estrutura/sistema buraku/vilas
原始學術	estudo das origens/primitivos

Quadro 1. Itens de pesquisa em ordem original de apresentação publicados na *Jinrui Gakkai Hōkoku* (1886, p. 37). (continua)

原始宗教	religiões primitivas
原始工藝	indústria primitiva
原始運輸法 (舟車ノ類)	formas primitivas de transporte (tipos de veículos de navegação)
原始漁獵	caçadores-coletores primitivos
原始商業	comércio primitivo
原始農業	agricultura primitiva
衣食住沿革	história das vestimentas, alimentação e moradia
裝飾	ornamentos
風俗習慣	hábitos e costumes
器具沿革	história dos utensílios/instrumentos
人類ノ區別	diferenciação/classificação humana
人類ノ移住	migração humana
人類ノ頒布	distribuição da humanidade
其他是等ニ類スル事件	outros casos similares

Quadro 1. Itens de pesquisa em ordem original de apresentação publicados na *Jinrui Gakkai Hōkoku* (1886, p. 37). (final)

Os itens listados mostram o interesse dos pesquisadores nas dimensões biológica, social, cultural e linguística humanas, tanto no passado quanto no presente, dialogando com o que viria a ser chamado de quatro campos da antropologia, a saber, antropologia (atualmente antropologia biológica), arqueologia, etnologia (atualmente também como antropologia social ou cultural) e linguística. Como corolário, entendendo que essa listagem de itens de pesquisa também se encontrava em diálogo com o cenário internacional acadêmico, a proposição de Franz Boas em 1904 (Hicks, 2013) sobre os quatro campos indica muito mais um esforço de organizar a prática antropológica em voga do que uma inovação propriamente dita. No que pese o avanço paradigmático exercido por Boas ao sistematizar com maior clareza os caminhos de atuação e por conseguinte especialização (nos Estados Unidos, mas reverberando no mundo), nota-se que o início da antropologia é marcado pela busca em compreender e capturar o sentido

da categoria “humano”. Destarte, os esforços se concentram em caracterizações, descrições, registros e classificações, da diversidade dos corpos às diferentes formas de organizar e se realizar no mundo ao longo do tempo e do espaço. Nessa conjuntura, não seria uma abordagem holista, mas sim um cenário amplo no qual as diversas questões são colocadas em diálogo e como peças de um quebra-cabeça. É possível notar nas publicações que cada pesquisador transita por temas correlatos, já em um caminho de especialização de sua atuação.

Com papel proeminente, Tsuboi publicou de forma profícua na revista da associação, com mais de 300 artigos e notas de pesquisa. Exímio orador, suas palestras realizadas nas reuniões foram compiladas e publicadas pelo jornalista e etnógrafo Kanori Inō (1867-1925), também membro da associação (Nakao, 2005; Yamashita; Eades; Shimizu, 2018).

Tsuboi publicou artigos e textos abordando tanto a dimensão biológica quanto a cultural humana, com uma certa atenção no debate sobre a origem da cultura japonesa e populações do arquipélago japonês. Segundo Low (2012), Tsuboi argumentava que o estudo sobre as origens deveria ser conduzido pelos próprios japoneses e não por estrangeiros. Nesse sentido, seu posicionamento trazia elementos que compactuavam com a crescente agenda nacionalista no cenário político japonês, embora não participasse dela nem se colocasse contra o diálogo internacional.

Arqueologia japonesa por japoneses

O final do século XIX e início do XX no Japão é marcado por um movimento pendular de aproximação e distanciamento do Ocidente, ora buscando parcerias e legitimação, ora o rechaçando e rejeitando. De acordo com Ikawa-Smith (1982), esse pêndulo ideológico seguiria de forma cíclica até o ápice do nacionalismo, no qual a política imperialista no período das guerras mundiais abafaria qualquer sentimento pró-Ocidente. De fato, o recrudescimento dos sentimentos nacionalistas levou gradativamente a uma onda severa de censura, desde ações institucionais, como pesquisadores sendo processados publicamente por suas teorias e publicações, em alguns casos sendo afastados de seus cargos, a assassinatos cometidos por fanáticos nacionalistas, com suas ações justificadas como arroubos românticos da juventude (Buruma, 2004).

Assim, temas caros à ideologia imperial se mostravam cada vez mais perigosos. As tumbas antigas, *kofun* (古墳), eram o único tipo de sítio arqueológico que por lei só poderia ser estudado mediante autorização dupla: do Ministério da Educação em consulta com o Ministério da Casa Imperial (Edwards, 2005). Nessa conjuntura, parte significativa dos *kofun* registrados tinha sido relacionada e atribuída a algum membro da genealogia imperial, até mesmo a imperadores míticos das primeiras crônicas japonesas. No Período Kofun (século IV a século VII), marcado pelo ápice da construção e complexidade das tumbas, a escrita ainda não tinha sido adotada no Japão. Todos os registros históricos, que podem de alguma forma ajudar a indicar a identidade do proprietário de cada *kofun*, são posteriores, sendo o mais antigo, *Kojiki*,² do século VIII. Assim, a identificação como propriedade ou não da Casa Imperial respeitava sobretudo a agenda ideológica.

Tsuboi, em 1886, ainda como aluno, foi enviado pela universidade para escavar duas tumbas no Parque Ashikaga, na Prefeitura de Tochigi (Edwards, 2005; Okamura, 2020). Tsuboi atuou para além do que era esperado, analisando a estrutura de cada construção e a disposição do acompanhamento funerário, em vez de apenas coletar artefatos. A publicação dos resultados de sua pesquisa (Tsuboi, 1888), na revista da associação, causou grande impacto nos estudos sobre *kofun* e, segundo Okamura (2020), também nos métodos e técnicas de escavação e pesquisa em geral. Intitulado como relatório de escavação, contém o detalhamento do sítio, metodologia usada e cultura material encontrada, contando ainda com ilustrações técnicas de próprio punho. Na Figura 2, é possível ver como exemplo algumas das ilustrações da cultura material encontrada, como lâminas de espadas de diversos tamanhos e vasos de cerâmica fragmentados, contando ainda com ilustrações técnicas de próprio punho. Tsuboi teria feito uma das primeiras, e poucas, análises sobre estratificação social e hierarquia no Período Kofun, antes da Segunda Guerra (Mizoguchi, 2013).

2 *Kojiki* (古事記, Relatos de Fatos Antigos) é o registro escrito mais antigo do Japão, compilado em 712 a partir de relatos orais, versando sobre a criação do mundo por ação dos deuses, a origem divina da família imperial e a subsequente consolidação e expansão do império (Mietto, 1995). Dessa forma, é uma obra que organizou um discurso centralizado no poder imperial com legitimação religiosa.

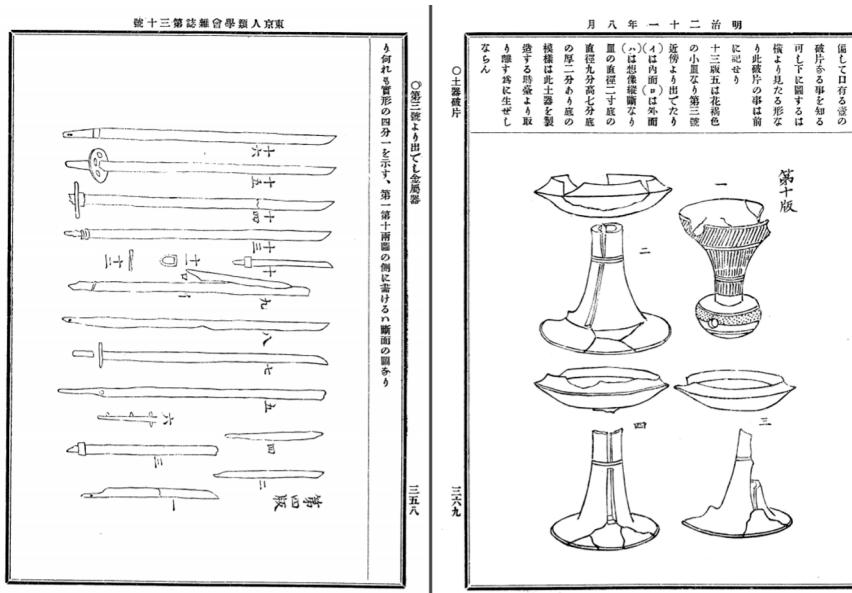


Figura 2. Exemplo de ilustração presente no “Relatório de escavação do *kofun* de Ashikaga”, respectivamente, página 358 com ilustração de lâminas de espadas e página 369 com ilustração de artefatos de cerâmica (Tsuboi, 1888).

Apesar do sucesso em estudar outras tumbas, de 1887 a 1890, Tsuboi acabou sendo alvo do controle estatal ao escavar uma tumba que teria ligação com a Casa Imperial. Consegiu escapar sem sofrer consequências ao se desculpar e redigir uma carta prometendo que jamais voltaria a escavar uma tumba com essa ligação. De fato, Tsuboi cessou seus estudos sobre *kofun*, retornando apenas no final de sua carreira. Com essa interrupção, voltou-se com mais afinco aos estudos sobre sítios arqueológicos do tipo *kaizuka* e a origem japonesa, temas relativamente seguros e distantes da agenda imperial.

Tsuboi afirmava a prerrogativa do estudo sobre o Japão por japoneses como resposta direta à atuação de Edward Morse (1838-1925), zoólogo norte-americano responsável pela primeira escavação arqueológica científica no Japão em 1876 (Reis; Rodrigues-Carvalho, 2017). Morse lecionou na Universidade de Tóquio, por um período curto, de 1877 a 1879. Reconhecendo o que deveria ser um sítio de matriz de conchas (*kaizuka*, similar ao que conhecemos no Brasil como sambaqui e internacionalmente como *shell mound* ou *shell midden*) próximo

à estação de trem Ōmori, reuniu esforços para conduzir a escavação. Publicou algumas obras descrevendo o que foi encontrado, tendo como principal marco o tipo de cerâmica, o qual descreveu como “marcado por corda”. Essa descrição tornou-se a denominação tanto do tipo de cerâmica como posteriormente do período ao qual pertenceria, o Período Jōmon (c. 12.000 AP – c. 2.300 AP). Assim, Morse deixou uma marca indelével na aurora da antropologia e arqueologia japonesa.

Não obstante o início da prática científica arqueológica no Japão, Morse não formou profissionais na área nem se envolveu claramente com o que ainda se configurava como uma comunidade de antiquarianistas japoneses com interesse sobre o passado do arquipélago. O legado de Morse nas primeiras décadas após a escavação de parte do Ōmori Kaizuka foi um ponto crucial em suas publicações: a conclusão que desenvolvera, com base nos remanescentes humanos encontrados, sobre a prática de canibalismo (Morse, 1879).

Tsuboi e seus contemporâneos, como Ryūzō Torii (1870-1953), debateram essa questão tornada incontornável. Tsuboi (1887-1888), em artigo sobre o que é um *kaizuka*, cita diretamente a análise de Morse dentro de um panorama no qual também cita casos de consumo de inimigos na Nova Zelândia, e como na Austrália, Nova Caledônia, Fiji, Salomão e Niam Niam ossos humanos podiam ser encontrados jogados em montes de descarte. Torii (1898-1899), ao publicar sobre o sítio Fukiage Kaizuka, também traçou comparações com os achados de Morse. Torii agradece em seu texto os comentários feitos por Tsuboi e outro membro da associação, o professor de anatomia e antropólogo Yoshiyio Koganei (1859-1944). Em ambos os artigos o discurso é contido e sem demonstração de julgamento de valor, sem deixar transparecer claramente o conflito sobre o tema. Torii deixa transparecer, no entanto, no uso de pronomes possessivos (que trazem para si uma ligação) em relação às populações pretéritas do arquipélago, uma narrativa comum à época, seja de uma certa continuidade desde tempos imemoriais, seja de uma relação afetuosa com o passado. Em relação ao último caso, essa postura fica mais evidente na publicação de Boseki Yamagami, na qual cita como comumente as populações antigas são vistas como caçadores selvagens com flechas envenenadas, caçando cabeças e praticando canibalismo, mas esse não seria o caso da população da Idade da Pedra do arquipélago japonês. Yamagami, caracterizando essa população como “nossa” (dos japoneses), afirma que seriam diferentes, com várias técnicas e avanços,

e com aparência afável, como poderia ser visto nas estatuetas de cerâmica, *dogū* (土偶), do Período Jōmon (Yamagami, 1902-1903).

Ainda nas primeiras décadas da revista, o tema do canibalismo foi também abordado em uma perspectiva etnológica, com publicação de exemplos ao redor do mundo, dentro do debate de caracterização de diferentes populações humanas vivas, a partir de seus hábitos e costumes, e respectivo nível na hierarquia humana que se buscava construir. Por exemplo, Sōzō Imai publicou um artigo dedicado de forma abrangente sobre canibalismo, definindo endo e exo-canibalismo, listando grupos praticantes e citando inclusive exemplos do território brasileiro: botocudos, tupis, tupinambás, tapuias, guaranis, mundurucus e xavantes (Imai, 1903-1904, p. 392-393). Imai categorizou níveis de confiança em relação aos relatos sobre canibalismo, colocando os ainus como no tipo quatro, de presença de vários relatos, mas que demandavam aprofundamento da pesquisa e verificação.

Destarte, canibalismo, como elemento caracterizante de um estágio hierárquico inferior, era tratado com naturalidade no tocante a populações estrangeiras, mas como um tema potencialmente conflituoso quando relacionado às populações pretéritas do arquipélago japonês. A reação a essa hipótese dependia da medida em que tais populações eram incluídas ou excluídas da narrativa sobre a origem da sociedade japonesa, em que medida faziam parte da narrativa identitária. Nesse sentido, canibalismo era entendido enquanto uma categoria caracterizadora de um dos estágios mais inferiores numa “hierarquia de civilizações” global e, como consequinte, elemento com valor negativo e pejorativo.

Tsuboi incentivou que membros da associação pesquisassem e fizessem relatos sobre diversos temas, principalmente sobre sítios arqueológicos do tipo *kaizuka* (Reis, 2015). Entre as várias pesquisas que conduziu mais especificamente no campo arqueológico, o maior destaque que perdura é a descoberta de um tipo diferente de cerâmica, em 1884, encontrado no Mukogaoka Kaizuka, a qual denominou de *yayoi* (em referência ao local, o bairro Yayoi em Tóquio). A partir da cerâmica *yayoi*, Tsuboi identificou que pertenceria a um período específico diferente, posterior à cerâmica *jōmon* e anterior a cerâmica do Período Kofun (Okamura, 2020).

Assim, Tsuboi deixou um rico legado para a construção da arqueologia (pré-histórica principalmente) não só com as pesquisas realizadas, mas também

com a formação de novos profissionais e a promoção da expansão e aprofundamento das pesquisas ao exortar que seus pares investissem em temas elencados na pauta da Jinrui Gakkai. Entre os vários pesquisadores orientados por Tsuboi destacam-se Ryūzō Torii e Kosaku Hamada (1881-1938).

Torii foi um dos pioneiros da etnologia e arqueologia japonesa atuando no exterior, tendo realizado diversos trabalhos etnográficos tanto no arquipélago quanto no continente, sendo o primeiro a fotografar a população nativa de Taiwan em 1896. Os registros etnográficos e fotográficos que produziu se encontram atualmente sob a guarda do Museu Nacional de Etnologia (Osaka). Torii também se envolveu com os debates sobre a origem japonesa, tendo as suas hipóteses, principalmente sobre um ancestral comum para a população japonesa e a coreana, capturadas e apropriadas, à sua revelia, pela agenda colonizadora japonesa para justificar a invasão e ocupação da Coreia (Edwards, 2005; Matsumoto, 2020).

Kosaku Hamada, considerado um dos pais da arqueologia japonesa, fundou o primeiro departamento de arqueologia em 1916, assumindo como primeiro professor de arqueologia da Universidade de Tóquio. Hamada também foi responsável por publicar o primeiro livro didático de arqueologia (Edwards, 2005; Tomii, 2020).

Ainda, segundo Okamura (2020), Tsuboi pode ser considerado um precursor da arqueologia pública no Japão. Publicando textos de divulgação para leigos e ministrando palestras públicas, por vezes em parceria com a loja de departamentos Mitsukoshi, Tsuboi conseguia atingir um público para além da universidade e dos limites da comunidade acadêmica.

Korobokkuru, etnogênese e jinshu

Em meio ao debate sobre as origens da cultura e população japonesa, diversos pesquisadores se debruçaram sobre a questão: qual seria a população mais antiga ou originária do arquipélago japonês. Tendo como referência a matriz ocidental de organização do passado, alguns também buscavam entrever quem seriam os “indígenas” do Japão. A contribuição de Tsuboi para esse debate foi trazer a hipótese dos *korobokkuru* (*koro-pok-guru* ou ainda *koropokkuru*) como os habitantes originais. Presentes nas lendas ainus, os *korobokkuru* teriam

sido uma população de baixa estatura, morando em habitações escavadas em terra, e, segundo algumas histórias orais, até inimigos dos ainus (Landor, 1893, p. 83). Nishimura (1917) os descreveu como uma raça de anões, que navegavam em canoas feitas de grama, similares às embarcações feitas com pele de foca (*baidarka*) pelos “esquimós”, e às embarcações dos ainus, que teriam usado até um passado recente o mesmo tipo de embarcação feita a partir de pele.

Morse, em suas publicações sobre Ōmori Kaizuka, já teria apresentado a hipótese de uma população pré-ainu, que teria sido substituída pelos ainus. Em 1887, foi iniciado o debate entre Tsuboi e Mitsutaro Shirai sobre o tema. Enquanto Tsuboi argumentava em favor da hipótese sobre os *korobokkuru*, Shirai afirmava que os indígenas seriam os próprios ainus (Omoto, 2018). Nesse sentido, para alguns autores, os ainus seriam também remanescentes vivos de um passado primitivo.

Segundo Askew (2002), nesse período o debate sobre a etnogênese da população japonesa partia de uma sutil fundamentação no que seria a “teoria da nação miscigenada”, *kongō minzokuron* (混合民族論), influenciada principalmente por autores estrangeiros como Heinrich von Siebold (1852-1908) e John Milne (1850-1913). Todavia, para os japoneses, essa heterogeneidade se encontraria em tempos pretéritos, nos primórdios da formação da população japonesa, de forma que a argumentação de uma homogeneidade no tempo presente se sustentasse. Assim, mesmo com a presença de minorias étnicas, como os ainus e os povos de Ryūkyū³ (Okinawa), prevalecia no imaginário a ideia de uma “raça homogênea”, verdadeiramente japonesa, superior a outras raças, argumento que validou a agenda colonizadora frente a populações entendidas como inferiores, tanto no arquipélago japonês como no continente. Em particular aos ainus, sua caracterização como Outro, primitivo porém inserido de certa forma na sociedade japonesa em prol da unificação de um território nacional, foi alvo de programas de assimilação dentro de uma política entendida como civilizatória (Roth, 2005).

3 O Reino Ryūkyū foi independente até 1609, quando foi invadido pelo *daimyō* de Satsuma. Os soberanos de Ryūkyū continuaram governando, sob controle de Satsuma, até o final do xogunato. Em 1879, no Período Meiji, foi completamente anexado ao território japonês, sendo renomeado como uma prefeitura, atual Okinawa, e alvo de um processo de assimilação, com a introdução da língua japonesa como língua franca e outros aparatos estatais japoneses em detrimento das tradições locais, até mesmo na agricultura (Allen, 2009).

Milne foi um dos primeiros a apontar os *korobokkuru* como um dos possíveis povos originários do arquipélago japonês. Tsuboi, por sua vez, focou nos *korobokkuru* como o único povo originário, que teria sido substituído pelos ainus, que por sua vez teriam sido empurrados para o norte do arquipélago pelos ancestrais dos japoneses modernos. Nesse sentido, Tsuboi apontava a hipótese de mais de uma onda migratória no processo de povoamento do território. A princípio, tanto a argumentação de Tsuboi quanto a de Shirai não encontravam suporte nas pesquisas realizadas até aquele momento. No entanto, os estudos de Koganei com remanescentes humanos pretéritos alimentaram a argumentação dos ainus como a população originária. Segundo Omoto (2018), Tsuboi e Koganei viam os ainus de forma completamente diferente. Para Koganei, os ainus eram uma raça inferior, tendo a extinção como seu destino final, desaparecendo por completo. Tsuboi entendia os ainus como vítimas de preconceito, negando a visão de inferioridade e afirmando que seu baixo status social e pobreza eram resultado da falta de oportunidade de uma educação adequada. Ainda de acordo com Omoto, Tsuboi teria se unido a um grupo de voluntários para a construção de uma escola em Hokkaido.

Tsuboi continuou debatendo em prol da hipótese dos *korobokkuru* até o seu falecimento. Como seu maior defensor, sua ausência significou o declínio e o fim dessa hipótese, prevalecendo a teoria dos ainu como descendentes da primeira população a povoar o arquipélago japonês.

Destarte, entre argumentos científicos e ideológicos sobre diferentes populações, Tsuboi primeiramente se posicionou contra o uso da categoria *jinshu*, (人種). De larga aplicabilidade na época e frágil delimitação, *jinshu* podia ser empregado para se referir a “raça [...], nação, grupo étnico, classe ou habitante” (Yonaha, 2003, p. 96-97). Para Tsuboi, essa ambiguidade tornava *jinshu* um conceito cientificamente sem sentido. Ainda segundo Yonaha (2003), Tsuboi optou pela antropologia ao invés da etnologia por buscar estudar a sociedade humana como um todo, sem subcategorias.

A etnologia foi introduzida no Japão primeiramente como *jinshugaku*, focando no estudo social dos grupos humanos com uma perspectiva de diferenciação de raças. Nesse sentido, estava atrelada a gradual entrada do darwinismo social no Japão, elemento útil para a agenda imperialista e as políticas colonialistas. *Jinshu*, em sua ambiguidade, se espalhara pelo imaginário social da época, sendo adotado em larga escala. Por exemplo, o conflito entre Japão

e Rússia era entendido como *jinshu-senso*, guerra entre raças, e conflitos com outros grupos (tendo em vista a expansão da colonização de parte do continente pelo Japão) como *jinshu-mondai*, problemas raciais.

Com a crescente popularização da categoria *jinshu*, se tornando de certa forma incontornável, Tsuboi propôs que fosse traduzida exclusivamente e apenas como raça, delimitando claramente seu escopo. Yonaha argumenta que essa “racialização” da categoria *jinshu* teria como intuito desconstruir os elementos latentes de darwinismo social imbuídos de forma difusa. Tsuboi via as diferenças entre raças como “pequenas lacunas em uma árvore da família humana” sendo “apenas problemas relativos e que não deveriam ser exagerados” (Yonaha, 2003, p. 96-97).

A etnologia no Japão seria consolidada e formalizada enquanto campo e comunidade científica somente na década de 30 do século XX, com a criação da Sociedade Japonesa de Etnologia em 1934 (Nihon Minzoku Gakkai), reformulada como Associação de Etnologia em 1942 (Minzokugaku Kyokai) e recentemente renomeada como Sociedade Japonesa de Antropologia Cultural em 2004 (Nihon Bunka Jinrui Gakkai). Assim, foi em período posterior à atuação de Tsuboi que a etnologia japonesa foi delimitada claramente como *minzokugaku* em vez de *jinshugaku*. Todavia, ambas as categorias eram usadas na época de Tsuboi, por vezes de forma difusa e ambígua, mas gradativamente caminharam para uma certa delimitação, sendo *jinshu* equivalente à raça e *minzoku* à etnia.

Embora a perspectiva de Tsuboi em relação aos ainus escapasse de uma agenda dita civilizatória, dialogava com os ideais em voga internacionalmente de exibição daqueles entendidos como diferentes. Seu primeiro contato com esse cenário foi ainda como aluno, visitando a Exposição Universal realizada em Paris em 1889. Nesse sentido, a pedido do organizador do Pavilhão Acadêmico da Humanidade, atuou como colaborador emprestando materiais antropológicos e etnográficos dos ainus e povos de Ryūkyū (Omoto, 2018). Essa colaboração é ainda duramente criticada uma vez que a exposição seguia a agenda imperialista civilizatória pela qual os grupos ditos inferiores deveriam ser controlados e assimilados.

As minorias étnicas no Japão continuam até o presente lidando com os desdobramentos da agenda imperialista do final do século XIX e início do século XX. Os ainus só foram reconhecidos recentemente como uma população indígena (*senjū minzoku*) em 2008. Segundo Siddle (2009), uma das razões seria

política, em relação à disputa por território ao norte com a Rússia, na qual o reconhecimento do direito original dos ainus poderia enfraquecer a soberania japonesa nesse conjunto de ilhas. No tocante aos povos de Ryūkyū, a ocupação inicial japonesa foi conduzida de forma colonial mesmo com a transformação oficial em uma prefeitura. O pós-guerra para Okinawa foi marcado fortemente pela ocupação comandada pelos Estados Unidos e, mesmo com o retorno da soberania japonesa em 1972 (Allen, 2009), a presença de bases militares estadunidenses continua como uma mácula para a população local. Diferentemente dos ainus, os povos de Ryūkyū continuam não sendo reconhecidos pelo governo japonês como indígenas (Normile, 2021).

Da mesma forma, residentes coreanos (*zainichi kankokujin*) enfrentam preconceito, em certos momentos institucionalizados, desde a ocupação japonesa do território coreano (Gottlieb, 2006). A comunidade nipo-brasileira também enfrenta cotidianamente, assim como todas as demais comunidades de descendentes ou de imigrantes em território japonês, os elementos coloniais que perduram no imaginário social, difusos em uma narrativa hegemônica de uma homogeneidade biológica e cultural da sociedade japonesa.

Considerações finais

O legado de Shōgorō Tsuboi é multifacetado: como liderança ao fundar a Jinrui Gakkai, ao nortear e incentivar as pesquisas da nova comunidade científica de antropologia, ao buscar definir e delimitar a antropologia enquanto campo científico no Japão, formando e inspirando novos antropólogos japoneses. Todavia, sua participação ativa, principalmente na montagem do Pavilhão da Humanidade, em Osaka em 1903, traz-nos a questão, sem resposta clara possível, sobre em que medida compactuava com o imperialismo do Estado japonês. O pavilhão contou com a exibição de representantes vivos de minorias étnicas, principalmente ainus e de Taiwan, da mesma forma que exposições em diversos outros países faziam e continuavam fazendo. Embora não fosse uma estratégia original ou inédita, a exibição de pessoas contribuía para o discurso de hierarquização de grupos humanos, em uma perspectiva internacional, e como corolário, em uma perspectiva nacional, para a dominação daqueles tachados como primitivos.

Em que pese a atuação de Tsuboi contra o preconceito de seus pares em relação aos ainus e demais minorias étnicas, é necessário considerar as consequências de sua colaboração em exibi-los, mesmo tendo sido bem intencionada ou como apenas uma replicação do modelo de exposição antropológica internacional em voga. Uma das críticas públicas mais duras, porém uma das poucas com viés humanista, foi veiculada pelo jornal *Nihon*, durante a realização da exposição em 1903. O autor, mencionado apenas como Professor Takebe, criticou o critério que teria sido usado para selecionar quem poderia ser exibido, uma vez que a exposição pretendia apresentar toda a diversidade humana, com um mapa indicando a distribuição das diferentes raças humanas. Nesse sentido, Takebe (*apud* Ziomek, 2014, p. 510, tradução minha) questionou a ausência de ocidentais: “Se perguntarmos por que isso não aconteceu, é devido ao fato de que os ocidentais são pessoas civilizadas? Será que se eles são ocidentais, nós os respeitamos, e se eles são indianos ou turcos, não importa se os exibimos?” Considerando ainda a exibição de japoneses em exposições europeias, a crítica de Takebe evidenciava a relação assimétrica entre a antropologia ocidental e a antropologia japonesa.

No prefácio de *Notes on the ancient stones implements of Japan*, Takahira Kanda (1884, p. I), primeiro presidente da Jinrui Gakkai, apresenta como objetivo do livro “to furnish to Western scholars materials for the study of the Archaeology of Japan and to hear the result of their study”. O que poderia ser apenas mais um objetivo de divulgação revela de fato o norte e o dilema que guiaria as primeiras décadas da antropologia no Japão, ora em diálogo com o Ocidente, ora em busca de afirmar uma identidade e autonomia acadêmica própria.

Assim, a construção da antropologia no Japão foi movida por um anseio de se colocar lado a lado com as demais potências acadêmicas no mundo, recusando uma posição subalterna e afirmando a prerrogativa dos japoneses de estudar a si mesmos. Ao mesmo tempo, imersa em uma conjuntura histórica de recrudescimento do nacionalismo, censura e política imperialista, a antropologia japonesa e a atuação dos primeiros antropólogos foi em certa medida incentivada, capturada e utilizada em prol da invasão e colonização de outras nações, e da contínua aculturação e assimilação das minorias étnicas dentro do arquipélago japonês. Nesse sentido, apesar das particularidades culturais e sociais, da trajetória histórica japonesa, o início da antropologia como ciência no Japão reverbera uma conjuntura compartilhada por diversas nações, da qual consequências e efeitos ainda ecoam até hoje.

Referências

- ALLEN, M. Okinawa, ambivalence, identity, and Japan. In: WEINER, M. (ed.). *Japan's minorities: the illusion of homogeneity*. London: Routledge, 2009. p. 188-205.
- ASKEW, D. The debate on the “Japanese” race in imperial Japan: displacement or coexistence? *Japanese Review of Cultural Anthropology*, [s. l.], v. 3, p. 79-96, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.14890/jrca.3.0_79. Acesso em: 14 jan. 2021.
- BURUMA, I. *Inventing Japan: 1853-1964*. New York: The Modern Library, 2004.
- EDWARDS, W. Japanese archaeology and cultural properties management: prewar ideology and postwar legacies. In: ROBERTSON, J. (ed.). *A companion to the anthropology of Japan*. Malden: Blackwell Publishing, 2005. p. 36-49.
- GOTTLIEB, N. *Linguistic stereotyping and minority groups in Japan*. London: Routledge, 2006.
- HASEBE, K. Jinruigaku zasshi no zenshin. *Jinruigaku Zasshi*, Tōkyō, v. 54, n. 8, p. 357-359, 1939. [長谷部 言人. 人類學雑誌の前身. 人類學雑誌, 東京, 54巻, 8号, 357-359頁, 1939年].
- HICKS, D. Four-field anthropology – charter myths and time warps from St. Louis to Oxford. *Current Anthropology*, [s. l.], v. 54, n. 6, p. 753-763, 2013. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/673385>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- IKAWA-SMITH, F. Co-traditions in Japanese Archaeology. *World Archaeology*, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 296-309, Feb. 1982.
- IMAI, S. Shokujin fūzoku. *Tōkyō Jinrui Gakkai Zasshi*, Tōkyō, v. 19, n. 220, p. 386-395, 1903-1904. [今井 聰三. 食人風俗. 東京人類學會雑誌, 東京, 19巻, 220号, 386-395頁, 1903-1904年].
- JINRUI GAKKAI HŌKOKU. Tōkyō, v. 1, n. 2, 1886. [人類學會報告. 東京, 1巻, 2号, 1886年].
- KANDA, T. *Notes on the ancient stones implements of Japan*. Translated by N. Kanda. Tokyo: Kokubunsha, 1884.
- KANG, I. Visual technologies of imperial anthropology: Tsuboi Shōgorō and multiethnic Japanese empire. *Positions*, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 761-787, 2016.
- LANDOR, A. H. S. *Alone with the hairy Ainu: or, 3800 miles on a pack saddle in Yezo and a cruise to the Kurile Islands*. London: William Clowes and Sons, 1893.

LOW, M. Physical anthropology in Japan: the Ainu and the search for the origins of the Japanese. *Current Anthropology*, [s. l.], v. 53, n. S5, p. S57-S68, 2012.

MATSUMOTO, N. Torii, Ryūzō. In: SMITH, C. (ed.). *Encyclopedia of global archaeology*. New York: Springer, 2020. p. 10677-10679.

MIETTO, L. O Kojiki e o universo mitológico japonês da antiguidade. *Estudos Japoneses*, São Paulo, v. 15, p. 67-93, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v0i15p67-93>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MIZOGUCHI, K. *The archaeology of Japan: from the earliest rice farming villages to the rise of the State*. New York: Cambridge University Press, 2013.

MORSE, E. S. *Memoirs of the Science Department: volume I: part I: shell mounds of Ōmori*. Tokyo: University of Tokyo, 1879.

NAKANO, M. Kanda Takahira. In: ASAHI Nihon rekishi jinbutsu jiten. [S. l.]: Asahi Shimbunsha, 1994. Disponível em: <https://kotobank.jp/word/神田孝平-15977>. Acesso em: 12 jan. 2021. [中野 実. 神田孝平. In: 朝日日本歴史人物事典. [S. l.]: 朝日新聞社, 1994 年].

NAKAO, K. The imperial past of anthropology in Japan. In: ROBERTSON, J. (ed.). *A companion to the anthropology of Japan*. Malden: Blackwell Publishing, 2005. p. 19-35.

NISHIMURA, S. On the boat of the Koro-opk-gurn in the legend of Ainu. *Journal of the Anthropological Society of Nippon*, [s. l.], v. 32, n. 6, p. en3-en4, 1917. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/asei1911/32/6/32_6_en3/_article/-char/en. Acesso em: 13 out. 2020.

NORMILE, D. Okinawans seek return of forebears' remains, collected decades ago for research. *Science Insider*, [s. l.], 14 Jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.abj9792>. Acesso em: 15 nov. 2021.

OKAMURA, K. Tsuboi, Shōgorō. In: SMITH, C. (ed.). *Encyclopedia of global archaeology*. New York: Springer, 2020. p. 10740-10741.

OMOTO, K. Tsuboi Shōgorō. In: CALLAN, H. (ed.). *The International encyclopedia of anthropology*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118924396.wbieal362>.

REIS, S. *Sambaqui e kaizuka: análise comparada da trajetória de conceituação entre discursos de identidade e legitimização através da história da arqueologia no Brasil e no Japão (séculos XIX a XXI)*. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

REIS, S.; RODRIGUES-CARVALHO, C. Conchas aos montes: situando os montes artificiais de conchas nos estudos da pré-história brasileira e japonesa. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 28, p. 124-132, 2017.

ROTH, J. H. Political and cultural perspectives on “insider” minorities. In: ROBERTSON, J. (ed.). *A companion to the anthropology of Japan*. Malden: Blackwell Publishing, 2005. p. 73-88.

SIDDLE, R. The Ainu: indigenous people of Japan. In: WEINER, M. (ed.). *Japan's minorities: the illusion of homogeneity*. London: Routledge, 2009. p. 21-39.

TOMII, M. Hamada, Kosaku. In: SMITH, C. (ed.). *Encyclopedia of global archaeology*. New York: Springer, 2020. p. 4830-4832.

TORII, R. Hitachi Fukiage Kaizuka yori hakken no jinrui daitaikotsu ni tsuite. *Tōkyō Jinrui Gakkai Zasshi*, Tōkyō, v. 14, n. 156, p. 211-218, 1898-1899. [鳥居 龍藏. 常陸吹上貝塚ヨリ発見ノ人類大腿骨ニ就テ. 東京人類學會雜誌, 東京, 14 卷, 156 号, 211-218 頁, 1898-1899 年].

TSUBOI, S. Kaizuka to wa nani de aru ka. *Tōkyō Jinrui Gakkai Zasshi*, Tōkyō, v. 3, n. 29, p. 293-305, 1887-1888. [坪井 正五郎. 貝塚とは何で有るか. 東京人類學會雜誌, 東京, 3 卷, 29 号, 293-305 頁, 1887-1888 年].

TSUBOI, S. Ashikaga Kofun. *Tōkyō Jinrui Gakkai Zasshi*, Tōkyō, v. 3, n. 30, p. 330-380, 1888. [坪井 正五郎. 足利古墳發掘報告. 東京人類學會雜誌, 東京, 3 卷, n. 30 号, 330-380 頁, 1888 年].

YAMAGAMI, B. Shimōsa Yūki-gun Sugahara-mura Kaneto Kaizuka. *Tōkyō Jinrui Gakkai Zasshi*, Tōkyō, v. 18, n. 210, p. 473-476, 1902-1903. [山上 木石. 下總結城郡菅原村金戸貝塚. 東京人類學會雜誌, 東京, 18 卷, 210 号, 473-476 頁, 1902-1903 年].

YAMASHITA, S. Reshaping anthropology – a view from Japan. In: RIBEIRO, G. L.; ESCOBAR, A. (ed.). *World anthropologies: disciplinary transformations within systems of power*. Oxford: Berg, 2006. p. 29-48.

YAMASHITA, S.; EADES, J. S.; SHIMIZU, A. Japan, Anthropology in. In: CALLAN, H. (ed.). *The International Encyclopedia of Anthropology*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118924396.wbieal1754>.

YONAH, J. Kindai Nihon ni okeru ‘jinshū’ kan’nen no hen’yō ichi Tsuboi Shōgorō no ‘Jinruigaku’ to no kakawari wo chūshin ni. *Minzokugaku Kenkyū*, Tōkyō, v. 68, n. 1, p. 85-97, 2003. [與那霸 潤. 近代日本における「人種」観念の変容—坪井正五郎の「人類学」との関わりを中心に. 民族學研究, 東京, 68 卷, 1 号, 85-97 頁, 2003 年].

ZIOMEK, K. L. The 1903 Human Pavilion: colonial realities and subaltern subjectivities in twentieth-century Japan. *The Journal of Asian Studies*, [s. l.], v. 73, n. 2, p. 493-516, 2014.

Recebido: 26/03/2021 Aceito: 04/11/2021 | Received: 3/26/2021 Accepted: 11/4/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.